



O SER SURDO E SUA EDUCAÇÃO RETRATADOS NO JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA: CAMPINA GRANDE/PB (1970-1996)

Amanda Petra Soares Pinto Carboni¹; Niédja Maria Ferreira de Lima⁴

*Universidade Federal de Campina Grande
amandacarbonii@gmail.com*

Resumo:

Neste artigo, apresentamos resultados de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do PIBIC/CNPq/2015, que tinha como um dos seus objetivos analisar como os surdos e sua educação foram tratados em um dos principais jornais de circulação de Campina Grande, Diário da Borborema, no período de 1971 a 1996, analisando-as à luz das concepções de surdez e suas implicações na educação das pessoas surdas. A pesquisa de cunho documental, utilizou como fonte principal o Jornal Diário da Borborema, um jornal diário escrito e impresso na cidade de Campina Grande/PB. A coletânea desses jornais se encontra na Biblioteca Atila de Almeida, uma biblioteca de obras raras da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). A escolha do período abarcado para essa investigação compreende a reforma do ensino de 1º e 2º graus, Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971, e a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Nos jornais analisados identificamos que a concepção clínico-terapêutica esteve presente nas reportagens, dando destaque ao uso dos termos “excepcional” e “surdo mudo”, e que a política nacional para a educação especial, estabelecida a partir da Lei nº 5692/1971 repercutiu tanto na Paraíba, quanto em Campina Grande, com a criação de órgãos normativos e de instituições filantrópicas, particulares e educacionais para o atendimento de alunos com deficiência. Por fim, visualizamos na década de 1990 notícias que veiculavam possibilidades de mudanças nas concepções de surdez e nos processos educacionais no município de Campina Grande/PB.

Palavras-chave: Educação de surdos; educação especial; concepções de surdo e surdez; Jornal Diário Da Borborema; Campina Grande/PB.



Introdução

Na história da humanidade, diversas foram as atitudes assumidas pela sociedade em relação à pessoa com deficiência em função do conceito de homem dominante de cada época, que vão desde sua eliminação, sua segregação da sociedade, sua classificação em normais e anormais etc., até a valorização do humano que existe em cada pessoa com deficiência.. Nesse percurso, a visão de que o surdo não poderia ser educado, ou até mesmo responsável por seus atos era muito presente e foi baseada em textos clássicos, tanto sacros quanto seculares, persistindo até o século XV. Foi somente a partir do século XVI que a ideia de educar o surdo passou a ser cogitada (JANNUZZI ,2004; SLOMSKI, 2010).

No Brasil, apesar da educação de surdos ter se iniciado em meados do século XIX, com a criação do Collégio Nacional para Surdos-Mudos, atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), pouco se tem registrado sobre os caminhos trilhados por essa área educacional, particularmente no município de Campina Grande/PB, o que nos instigou a desenvolver uma pesquisa mais ampla: “A história dos Surdos em Campina Grande-PB no período de 1971 a 1996: processos educacionais, constituição da Libras e repercussões na vida dos surdos”(GIANINI; LIMA; PORTO, 2015).

Neste artigo, apresentamos um recorte da pesquisa¹ desenvolvida no âmbito do PIBIC/CNPq/2015, que tinha como um dos seus objetivos analisar como os surdos e sua educação foram tratados em um dos principais jornais de circulação de Campina Grande, Diário da Borborema, no período de 1971 a 1996, analisando-as à luz das concepções de surdez e suas implicações na educação das pessoas surdas. A pesquisa de cunho documental, utilizou como fonte principal o Jornal Diário da Borborema, um jornal diário escrito e impresso na cidade de Campina Grande/PB. A coletânea desses jornais se encontra na Biblioteca Atila de Almeida, uma biblioteca de obras raras da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). A escolha do período abarcado para essa investigação compreende a reforma do ensino de 1º e 2º graus, Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971, e a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

As primeiras instituições escolares especializadas para pessoas surdas surgiram no século XVIII, sob os ideias iluministas que reconheciam a liberdade e a igualdade como direitos

¹ A pesquisa realizada no âmbito do PIBIC/CNPq/2015, intitulada “A educação de surdos em Campina Grande/PB no período de 1970-1996: determinantes sócio-políticos educacionais”, foi desenvolvida no período de agosto de 2015 a agosto de 2016. Teve como aluna bolsista Amanda Petra Soares Pinto Carboni.

inerentes a todos os homens. Segundo Slomski (2010), os primeiros educadores de surdos foram: o alemão Samuel Heinick (1729-1790), que criou, com base na língua oral, o método oral; o francês Abade De L'Épée (1712-1789) que criou o método gestual, após pesquisar a língua de sinais, fundou a primeira escola pública para surdos, garantindo o direito de adquirir uma língua natural, além de ser considerado um dos precursores da mudança do ensino individualizado para o ensino grupal; e o inglês Thomas Braidwood (1715-1806), que criou o método combinado, com o objetivo de facilitar a comunicação com seus alunos surdos.

Esses autores deram origem às três modalidades de ensino (oralismo, gestualismo e o combinado) das quais originaram disputas metodológicas entre o oralismo/gestualismo que perduram até hoje na educação para surdos.

Ainda de acordo com Slomski (2010), de meados do século XVII até a primeira metade de século XIX, as experiências educativas por meio da língua de sinais perduraram. Porém, foram diminuindo cada vez mais a partir do movimento concebido como a Gramática de *Port Royal* (1660), o qual impôs uma teoria racionalista da linguagem. Neste contexto, o modelo gestualista foi perdendo forças.

Foi especificamente no Congresso Internacional sobre a Educação de Surdos realizado em 1880, em Milão, que ficou definido o método oral como o mais adequado para a educação da criança surda. Nesse Congresso, o oralismo tornou-se hegemônico e dominou a educação de surdos até os anos de 1980, quando novos aportes da Linguística, da Sociologia e da Psicologia introduzem novas concepções de surdez e a pessoa surda e sua educação (JANNUZZI, 2004; SLOMSKI, 2010).

Nesse debate histórico acerca do conceito de surdez e suas implicações no contexto escolar segundo Skliar (1997, apud SLOMSKI, 2010), foram gerados dois modelos opostos que existem até os dias de hoje: *o conceito clínico e o conceito social de surdez*.

No conceito clínico, a surdez é considerada uma patologia, e a pessoa surda é vista como um deficiente auditivo e/ou “incapaz” que precisa ser “curado” por profissionais por meio da reabilitação da fala, para que assim seja possível a sua integração na sociedade majoritária ouvinte. Este modelo tem como referência o *Oralismo*, uma filosofia educacional para surdos que defende o aprendizado apenas da língua portuguesa na modalidade oral e escrita na escola, pois entendem que dessa maneira haverá uma integração da pessoa surda na sociedade majoritariamente ouvinte.

O modelo oralista parte do pressuposto de que por a sociedade ter uma maioria ouvinte, o surdo para ser integralizado necessita falar, mesmo com suas limitações. Nessa perspectiva, a

língua de sinais, não é aceita e valorizada como meio para educação das crianças surdas, ou fica excluída do processo de ensino/aprendizagem, ou é utilizada como apoio a língua oral.

Já a concepção social não vê a surdez como uma doença, como um fenômeno negativo, ao contrário da concepção clínica, vê a surdez como algo diferente, que está ligado a conceitos como língua, comunidade, identificação com outros grupos de surdos, com cultura, história, tradição, narração de histórias, encontros sociais, lutas por direitos civis etc. Essa visão está ligada ao *bilinguismo*, uma filosofia de ensino, cujo discurso propõe a diversidade cultural e a aceitação social (SLOMSKI, 2010). Segundo essa autora:

Pelo fato da criança surda ser privada da audição, necessita, portanto, construir uma modalidade de língua diferente da dos ouvintes. E é esta língua, Língua de Sinais, de modalidade (viso-espacial) que desempenhará todas as funções de uma língua, isto é, o desenvolvimento psicossocial, linguístico e cognitivo. É a língua de sinais que fará o papel de *primeira língua*, que com sua riqueza e funcionalidade, fornecerá o suporte para o aprendizado da *segunda língua*, ou seja, Língua Portuguesa na sua modalidade escrita e/ou oral (SLOMSKI, 2010, p.41).

Pode-se dizer, então, que foram as concepções clínico terapêutica e sócio-cultural da surdez que marcaram a configuração da educação de surdos dentro do contexto da Educação Especial, forma como era tratada a educação de todas as pessoas com deficiência não só no Brasil, mas internacionalmente.

Podemos considerar, particularmente que foi a partir do século XVIII que a educação dos surdos propriamente dita se estabeleceu, com a fundação da primeira escola para surdos – o Instituto Nacional para Surdos-Mudos, em Paris. Este Instituto constituiu uma mudança fundamental na educação dos surdos, pois substanciou, pela primeira vez, uma educação coletiva, possibilitando a interação entre crianças e adultos surdos (alunos e professores) e o reconhecimento da língua de sinais como própria dos surdos, o que os colocou, provavelmente pela primeira vez, na esfera humana (GIANINI E LIMA, 2017).

Para melhor compreendermos essa relação apresentaremos, ainda que brevemente, aspectos históricos da Educação Especial, no período de abrangência de nossa pesquisa (1970 a 1996).

No início da história da educação especial, Jannuzzi (2004) identifica duas vertentes pedagógicas: 1) a *vertente médica pedagógica*, mais subordinada ao médico, não só na determinação do diagnóstico, mas também no âmbito das práticas escolares; e 2) a *vertente psicopedagógica*, que não independe do médico, mas enfatiza os princípios psicológicos, tendo

a preocupação com aspectos intelectivos, com base em testes de inteligência como meio de organizar as classes homogêneas, facilitadoras do ensino e da aprendizagem.

Essas vertentes nortearam a política de educação nacional, durante o longo período de 1930 a 1970, sendo essa última década considerada um dos marcos na educação do deficiente, pois pela primeira vez foi criado um órgão específico para regulamentar sua política educacional, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), através do Decreto Nº 72.425, de 3 de Julho de 1973. O seu Art. 2º diz o seguinte:

O CENESP atuará de forma a forma a proporcionar oportunidades de educação, propondo e implementando estratégias decorrentes dos princípios doutrinários e políticos, que orientam a Educação Especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para os deficientes da visão, audição, mentais, físicos, educandos com problemas de conduta para os que possuam deficiências múltiplas e os superdotados, visando sua participação progressiva na comunidade.

Ainda com relação à legislação, em 1986 é lançado o Plano Nacional de Ação Conjunta e instituída a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), vinculada ao Ministério da Justiça, dispondo sobre a atuação da Administração Federal, no que concerne às pessoas com deficiência. É importante registrar, também, a Lei nº 7.853 de 1989, que estabelece normas gerais para o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência e sua efetiva integração social. Em 1990 é aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e são travados os embates para a tramitação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que foi aprovada em 1996: LDB nº 9.394/96 (MAZZOTTA, 1996; KASSAR, 1999; JANNUZZI, 2004).

Com relação à educação de surdos e as duas concepções que as norteiam, somente no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, que começou aqui no Brasil a ser difundida a importância para o surdo do respeito a sua língua e a sua cultura (JANNUZZI, 2004), pois até então estava sendo utilizado o modelo de educação oralista.

Não só no Brasil, como em outros países, a implantação do bilinguismo é uma experiência recente e restrita a alguns centros. Apesar das dificuldades ocorridas na maioria dos países do mundo, atualmente, várias experiências de educação bilíngue estão sendo implantadas. Pesquisas comparativas do desenvolvimento de crianças surdas inseridas em propostas educacionais com e sem bilinguismo indicam que as primeiras têm um desempenho social, afetivo e escolar mais avançado que o das segundas, inclusive o desenvolvimento da linguagem oral (QUADROS, 1997).

A partir do início da década de 1990, aponta-se a inclusão como um avanço em relação a integração, porquanto implica uma reestruturação do sistema comum de ensino. A política de inclusão teve impulso e se fortaleceu a partir da Declaração de Salamanca (1994) que passou a nortear todos os documentos oficiais no mundo inteiro. O Brasil, ao aderir a essa Declaração, elaborou um suporte legal para dar sustentação á implantação dessa política, iniciado pela Constituição de 1988 e reafirmada na LDB nº 9.394/96 que, em seu Capítulo V, Art. 58, define a Educação Especial como a modalidade de educação escolar, oferecida *preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades educacionais especiais* e prevê serviços de apoio especializado necessário.

Compreender, a partir da imprensa local, como as políticas educacionais e as concepções de surdez refletiram na história da educação de surdos em Campina Grande foi um de nossos objetivos de pesquisa.

Metodologia

Trata de uma pesquisa documental, a partir de jornais campinenses veiculados no período abrangido nesta pesquisa. Segundo Malheiros (2011)

A pesquisa documental tem seus dados extraídos exclusivamente de documentos (escritos e orais), trata-se no geral de fontes extremamente ricas [...] deve ser utilizada quando existe a necessidade de se analisar, criticar, rever ou compreender um fenômeno específico ou fazer consideração que seja viável com base na análise de documentos.

O jornal tornou-se fonte de pesquisa a partir da década de 1970, entendido como um excelente veículo para analisar as tramas políticas de um determinado contexto, segundo Luca (2005) este tornou-se objeto de pesquisa histórica ao lado e por meio da imprensa.

Por meio dessas fontes pode-se tornar possível desvendar o nosso passado, conhecer e compreender quais eram os hábitos, os costumes, a economia, o consumo, a forma de organização dos indivíduos e das sociedades. Podemos justificar a escolha de jornais como fonte de pesquisa de acordo com Capelato e Prado (1974):

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois aqui, aquelas perspectivas que a tomam como um mero ‘veículo de informação’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (Luca, 2005, p.118).

Elegemos o Diário da Borborema, órgão dos Diários Associados, por se tratar de um jornal diário escrito e impresso na cidade de Campina Grande/PB, que teve a sua primeira edição publicada em 2 de outubro de 1957 e que deixou de circular no dia 1º de fevereiro de 2012, após 54 anos de existência.

A coletânea desses jornais se encontra na Biblioteca Atila de Almeida, uma biblioteca de obras raras da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), que assumiu a condição de guardiã do acervo jornalístico do Diário da Borborema. O acervo, conta com 513 livros, que contabiliza mais de 17 mil edições do periódico, desde a primeira sua primeira edição em 1957 até a última em 2012.

A pesquisa iniciou-se com estudos bibliográficos referentes aos conceitos e categorias centrais do estudo, a história da educação especial e as concepções de surdez e de educação de surdos, como um primeiro passo no esclarecimento do objeto do estudo.

Paralelamente, iniciamos a leitura de cada um dos jornais diários no período de janeiro de 1970 a dezembro de 1996, totalizando aproximadamente 9.300 edições. As reportagens referentes à Educação Especial em geral e a educação de surdos foram registradas em quadro específico, no qual constavam informações sobre data, mês e ano, sessão e página em que se encontravam, título da matéria e observações a serem feitas quando o pesquisador considerasse necessárias. Foram identificadas aproximadamente 290 matérias, em sessões ou páginas diversificadas, tais como: policial, educação, geral, classificados, entre outras.

Das matérias levantadas, selecionamos aquelas relacionadas mais diretamente com a educação das pessoas com deficiência em geral e, mais especificamente, a educação de surdos, objeto de nossa pesquisa. Após autorização dos Diários Associados, essas reportagens foram fotografadas para posterior análise. O quadro a seguir apresenta as reportagens selecionadas para este artigo.

Quadro 1- Reportagens selecionadas do Jornal Diário da Borborema

Ano	Mês/Cadern o DBO	Data	Ano, número, sessão, nº página, autor	Título do Artigo
1973	DBO-101 Setembro	01/09	Ano -, Nº 3429 , Sessão: - p. 03	Professor de excepcional. A difícil profissão.
1976	DBO-125 Maio	30/05	Ano -, Nº 4258, Sessão: -, p. 07	Rotary colaborará com a escola para excepcionais.
	DBO-126 Junho	19/06	Ano- , Nº - , Sessão: Educação, p. 7	Escola para excepcionais fará convênio com o INPS
	DBO-152 Agosto	24/08	Ano 20, Nº - , Sessão: Educação, caderno 2, p. 04	Começa dia 25 a “I Semana Municipal do Excepcional”

1982	DBO-168 Fevereiro	18/02	Ano-,Nº- , Sessão: Municípios, p. 08	Escola de surdos-mudos está ameaçada de não funcionar
1983	DBO-180 Abril	29/04	Ano XXV, Nº 198, Sessão: Geral, p. 08	UFPB tem escola para surdos
	DBO-181 Julho	19/07	Ano XXV, Nº 277, Sessão: Geral, p. 05	Professores participam de curso de reciclagem
1991	DBO- 339 Outubro	02/10	Ano XXXIII, Nº2531, Sessão: - p.8	DB aniversaria e presenteia os deficientes auditivos da cidade
			Ano XXXIII, Nº2532, Sessão: Geral, p. 7	Assinatura do DB agrada alunos da Escola de Audicomunicação
1994	DBO- 404 Agosto	24/08	Ano XXXVI, Nº2911 Sessão: Geral, p.8	CACE debate problema na Câmara
	DBO- 405 Setembro	01/09	Ano XXXIV, Nº2918, Sessão: Geral, p. 17	CACE reabilita excepcional
1996	DBO- 448 Dezembro	06/12	Ano XXXVI, Nº 3250, Sessão:dia-a-dia, p.1	Escola para deficientes prestes a ser despejada

A leitura dessas matérias nos permitiu organizá-las em **um bloco relacionado à educação especial** e serão analisadas as reportagens que tratam, de forma mais específica, das pessoas surdas, **subdividido em notícias sobre instituições assistenciais e educacionais para surdos**, em particular, aquelas que estão sublinhadas no Quadro 1.

Resultados e Discussão

Nas reportagens lidas, pudemos perceber que algumas delas utilizavam a terminologia “excepcional”, registrada nos títulos das matérias: surdo-mudo, deficientes; excepcional

De acordo com Bueno (1993), a terminologia “excepcional passou a ser utilizado para designar o universo para o qual a educação especial se dirige, substituindo outros como: *deficiente, prejudicado*, na tentativa de minimizar a pejoratividade e alcançar uma nomenclatura mais precisa. Acredita-se que a inclusão dessa terminologia ocorre pelo fato de o termo excepcional tenha sido utilizado como designação de talento, não carregasse um peso tão pejorativo quanto às anteriores.

No bloco que destacamos, temos as **reportagens sobre as instituições assistenciais e educacionais para surdos**. A primeira reportagem que encontramos sobre as instituições para

surdos foi no ano de 1982, com o título “Escola de surdos-mudos está ameaçada de não funcionar”. Foi uma entrevista com a professora Lourdes Ramalho, coordenadora da escola de Surdos-Mudos em Campina Grande, na matéria ela diz que “espera que os poderes públicos, Prefeitura, Estado ou L.B.A., compreendam a importância dessa escola e lhe proporcionem o direito que lhe assiste” (DBO-168, 1982, p.8). Uma mãe também deu entrevista e reclamou da escassez de professores e equipamentos.

Essa problemática também foi abordada outra reportagem, no ano de 1996, falando sobre a Escola de Áudio-Comunicação, que tem como título “Escola para deficientes prestes a ser despejada” a matéria relata que a escola funcionava há dois anos em um prédio com condições insatisfatórias para a acomodação de 150 alunos, e que “há quase cinco anos o Governo iniciou no bairro do Catolé, a construção de um prédio destinado à sede própria da escola. Mas a aproximadamente dois anos, apesar das obras interna estarem quase concluídas, faltam verbas para a cobertura do prédio em alumínio” (DBO 448, 1996, p.1) a escola é mantida mediante parceria com o Governo do Estado e com a Universidade Federal da Paraíba” (DBO- 448, 1996, p.1).

Outra reportagem foi de 1983 com o título de “UFPB tem escola para surdos”, relata que “O curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba Campus II, iniciará, no dia 02 de maio, em convênio com a Secretaria de Educação do Município, para o atendimento escolar a portadores de deficiência auditiva” (DBO- 180, 1983). A criação dessa escola pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB se deu em função de necessidade de campo de estágio para a Habilitação em Educação de Deficientes da Audiocomunicação do recém criado curso de Pedagogia. O currículo dessa Habilitação foi construído a partir de uma visão clínico-terapêutica da educação de surdos, atualmente, superada pela perspectiva sócioantropológica (UFCEG- 2009).

No ano de 1991, duas reportagens foram publicadas: “DB aniversaria e presenteia os deficientes auditivos da cidade” e “Assinatura do DB agrada alunos da Escola de Áudio-comunicação”. A primeira matéria destaca a importância da assinatura de um jornal diário para o desenvolvimento dos deficientes auditivos, já que as crianças poderão ficar a par do que está acontecendo no dia-a-dia, o que só pode ser feito através da leitura, já que elas não escutam, além de que irá servir para elaboração de textos que serão trabalhados juntos com os alunos e é sempre uma fonte de pesquisa para os professores e estudantes (DBO- 339, 1991, p.7).

A segunda reportagem relata que os professores já haviam iniciado a prática das aulas com a utilização dos jornais que seriam realizados com o

Diário da Borborema. Relata ainda que a novidade agradou aos alunos, que demonstraram através de sinais, alguns, e mesmo através da fala, outros, o contentamento com a possibilidade de maior integração a sociedade (DBO- 339, 1991, p.7). Percebemos isso quando é dito na reportagem que os alunos demonstraram através de *sinais* e da *fala* que gostaram da novidade.

A concepção oralista sempre foi muito presente na educação de surdos, ela parte de uma filosofia educacional que defende o aprendizado apenas da língua portuguesa na modalidade oral e escrita na escola, pois entende que dessa maneira haverá uma integração da pessoa surda na sociedade majoritariamente ouvinte. Nessa perspectiva, a língua de sinais, não é aceita e valorizada como meio para educação das crianças surdas, ou fica excluída do processo de ensino/aprendizagem, ou é utilizada como apoio à língua oral.

Entretanto, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, começou aqui no Brasil a ser difundida a importância para o surdo do respeito a sua língua e a sua cultura e o bilinguismo (JANNUZZI, 2004; SLOMSKI, 2010).

Com relação instituições assistenciais e educacionais em geral, a primeira reportagem tem como título “Rotary colaborará com a escola para excepcionais” na matéria “o professor Edson Roberto, presidente da Rotary Club de Campina Grande Sul, também interessado na ampliação da referida escola, fez veemente apelo aos seus “companheiros”, solicitando todo o empenho dos membros do clube, os quais não “poderão se omitir em prestar qualquer tipo de ajuda que lhe seja conveniente, uma vez que a Escola para Excepcionais irá prestar prestável serviço às crianças excepcionais de Campina Grande” (DBO 125, 1976, p.7) Ainda no ano de 1976, outra notícia intitulada “Escola para excepcionais fará convênio com o INPS”, na reportagem “a diretora do CACE informou que o INPS está demonstrando total interesse neste setor do excepcional e, caso o convênio venha a ser celebrado, a escola receberá substancial ajuda do órgão federal, o que possibilitará a sua ampliação no campo assistencial aos excepcionais de Campina Grande.” (DBO-126, 1976, p.7).

Essas duas reportagens trazem uma visão de cunho assistencialista, muito embora se acredite que as pessoas portadoras de deficiências são “incapazes”, e que, por isso mesmo, elas não podem ter uma participação ativa na comunidade, algumas ações vêm sendo tomadas em favor dessas pessoas, organiza-se atitudes sociais que são marcadas por um sentido filantrópico, paternalista e humanitário. Para prestar tal assistência, de acordo com Mazzotta (1993 p.15), [...] bastam pessoas bondosas ou de “bom coração” que, em nome do princípio cristão de solidariedade humana, procuram proporcionar conforto e bem estar aos portadores de deficiência, ou em outras palavras, dar “proteção aos deficientes”.

A última reportagem encontrada sobre instituições assistenciais e educacionais geral foi “CACE reabilita criança excepcional” e relata que “embora muitas obras faraônicas em anos eleitoreiros demonstrem emoção e amor pelas crianças, nada se faz para mudar o quadro desses excepcionais, quer não muito diferente dos que passam fome, precisam de uma assistência verdadeira que abranja a todos sem distinção” (DBO- 405, p.17).

Considerações

Neste artigo apresentamos os resultados de uma pesquisa que tinha como um dos seus objetivos investigar a educação de surdos em Campina Grande/PB no período de 1970-1996, em jornais veiculados durante esse período notícias relacionadas com a educação dessas pessoas, analisando-as à luz das concepções de surdez e suas implicações na educação das pessoas surdas. Nos estudos realizados, foi possível perceber que em Campina Grande/PB, a educação de surdos é fruto de um processo histórico que, localmente se transformou à semelhança do que ocorreu ao longo da história da educação dos surdos. Pode-se dizer que, até o início da década de 1990, a educação dos alunos surdos estava baseada na concepção clínico-terapêutica que tem como referência o *Oralismo*.

Nos jornais analisados, identificamos matérias sobre a educação especial que enfatizaram assuntos como a formação docente para atuação na educação especial; as instituições assistenciais e educacionais para surdos; e a educação especial em geral.

Nessas matérias, vimos que a concepção clínico-terapêutica esteve muito presente no uso do termo “excepcional”, “surdo-mudo”, “deficientes auditivos” impressa nos títulos e conteúdo das notícias.

Foi possível verificar, ainda, que a política nacional para a educação especial, estabelecida a partir da LDB de 1971 teve reflexos tanto no estado da Paraíba, com a criação de órgãos normativos (Coordenadoria de Educação Especial-CODESP), como em Campina Grande, com a criação de instituições que prestavam atendimento aos surdos, criação da escola de surdos pelo curso de Pedagogia da UFPB. Essas instituições deixavam transparecer o caráter filantrópico para o atendimento de pessoas consideradas “excepcionais” e assumiam uma função mais terapêutica do que educativa, visando integrá-los na sociedade majoritária ouvinte.

Por fim, visualizamos alguns registros mais significativos na educação de surdos em Campina Grande, a partir da década de 1980, em algumas matérias relacionadas à criação de escolas específicas, a Escola de Audiocomunicação, e em 1990 alguns indícios de mudança nas

concepções de surdez que são integradas à educação da pessoa surda, trazendo o bilinguismo como base dos processos educacionais.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval [et.al.] *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

CAPELATO, Maria Helena Rolim e PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. *A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA. Campina Grande – PB, Anos 1970 a 1996.

LUCA, Tânia Regina de. *A história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MALHEIROS, Bruno Taranto. *Metodologia da Pesquisa em Educação*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. *Trabalho Docente e Formação de Professores de Educação Especial*. São Paulo: EPU, 1993.

SLOMSKI, Vilma Geni. *Definições e Posturas*. Cuiabá: Juruá, 2010.

ORSO, Paulino José. História, instituições, arquivos e fontes na pesquisa e na história da educação. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, p. 228-238, 2012.
de.

GIANINI, Eleny; LIMA, Niédja Maria Ferreira de. A Educação de Surdos em Campina Grande No Período de 1971 a 1996. In: *ANAIS DA XIV JORNADA DO HISTEDBR: Pedagogia Histórico-Crítica, Educação e Revolução: 100 anos da Revolução Russa*.

UNIOESTE – FOZ DO IGUAÇU-PR. Disponível em:
<https://midas.unioeste.br/sgev/eventos/HISTEDBR/anais>.

GIANINI, Eleny; LIMA, Niédja Maria F.; PORTO, Shirley Barbosa das Neves. *A história dos Surdos em Campina Grande-PB no período de 1971 a 1996: processos educacionais, constituição da Libras e repercussões na vida dos surdos*. Unidade Acadêmica de Educação. Universidade Federal de Campina Grande(UFCG), 2015.